

A representação de gênero na literatura de autoria feminina brasileira

Tayza Nogueira Rossini¹

Tradicionalmente, as mulheres foram, nas esferas que abrangem o social, o histórico, o político e o estético, consideradas como inferiores ao sexo masculino. Em decorrência da política do patriarcalismo, a mulher foi silenciada, excluída e vitimada por preconceitos e estereótipos lançados em sua imagem ao longo da história. Quando se trata da mulher negra a situação é ainda mais complicada. Se à mulher branca já cabia o silenciamento e o subjugamento social, o espaço reservado à mulher negra era muito mais inferiorizado em razão do próprio imaginário de inferioridade atribuído à seu gênero e fenótipo, embasados em ideologias excludentes, reservando-lhes, portanto, as margens da sociedade.

Nesse sentido, o objetivo passa a ser o de observar como se dá literariamente a representação da mulher negra em *Um defeito de cor* (2011), de Ana Maria Gonçalves. A escolha do romance deu-se em função de três motivos fundamentais: 1) do fato de a narrativa ser de autoria feminina e ser contemporânea, foco de interesse do grupo de pesquisa do qual participo: Literatura de autoria feminina brasileira – LAFEB, empenhado em perscrutar as constantes da produção literária de mulheres, com vista às subversões que empreende em relação à literatura canônica, bem como à literatura contemporânea brasileira, publicada pelas grandes editoras do país; 2) de se tratar de um romance de autoria feminina ainda pouco estudado; 3) por despertar o interesse para a reflexão sobre a representação da mulher negra na história da literatura, o lugar

¹ Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Letras (PLE), pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), na linha de pesquisa Literatura e Construção de Identidades. Integrante do grupo de pesquisa LAFEB – Literatura de Autoria Feminina Brasileira e do Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea

de onde se fala, e as marca ideologicamente assinaladas e carregadas por ela ao longo da história.

Sendo assim, a questão da representação do feminino na literatura, seja no que concerne à produção, seja como personagem é abordada neste trabalho. Reflete-se, concomitantemente, sobre a porcentagem de ocorrências de literatura produzida por mulheres e a voz representada pelas personagens femininas no interior dessas narrativas. Após debater a representação da voz feminina na literatura, uma das fortes linhas de pesquisa da Crítica Feminista, passa-se então a pensar na representação da mulher negra na história e na própria literatura, o espaço reservado a ela na produção e na representação de suas personagens dentro das margens do texto literário, utilizando como parâmetro o romance eleito como *corpus* deste trabalho.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi de caráter bibliográfico qualitativo, compreendendo pesquisa, estudo, revisão e exploração de teorias pertinentes ao desenvolvimento da análise do romance *Um defeito de cor* (2011). Para a investigação da problemática apresentada, o aporte teórico foi embasado na perspectiva da Crítica Literária Feminista articulada a outras perspectivas e áreas de investigação afins. A pesquisa se fundamenta, portanto, em estudiosos/as como Elódia Xavier e Regina Dalcastagnè, que abordam a questão da representação e da corporalidade como construto social e histórico, bem como Iris Young, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Roger Chartier, entre outros.

A (des)construção do feminino na literatura: representando a diferença.

Parece que nos últimos anos, pouco mais de uma década, as escritoras estão tendendo a engendrar narrativas em que os mais variados temas

são trazidos à baila. Isso não implica dizer que a tão sonhada igualdade (na diferença) entre os sexos tenha sido plenamente alcançada. Significa, antes, que as muitas conquistas obtidas por meio do movimento feminista já se fazem refletir no modo de a mulher fazer literatura. (Zolin, 2007, p. 54)

A literatura de autoria feminina suscita um novo olhar sobre a produção literária produzida desde meados do século passado até os dias de hoje. O cânone literário ocidental, historicamente representado por homens, brancos e da elite social, possuidor de um caráter impregnado por ideologias, excluía qualquer tipo de produção literária que não correspondesse aos modelos propostos pela hegemonia masculina. Desse modo, a marginalização, repressão e exclusão a determinados grupos sociais, étnicos e sexuais era responsável por suprimir automaticamente certas obras do cenário da literatura, excluindo, assim, segmentos culturalmente marginalizados e politicamente reprimidos, como mulheres, “não brancos” e “membros de segmentos menos favorecidos da pirâmide social” (Reis, 1992, p.73).

Nas esferas que abrangem o social, o histórico, o político e o estético, o sexo feminino era considerado como inferior ao sexo masculino. Em virtude da política do patriarcalismo, a mulher foi silenciada e excluída socialmente ao longo da história, tendo sua capacidade intelectual sempre colocada em questionamento. No campo literário e cultural, a experiência feminina sempre foi vista de forma não valorativa, justificando o surgimento, em meados do século XX, de ações no sentido de conscientizar os indivíduos da necessidade de desconstruir a opressão e a marginalização da mulher. Isto é o que se chama de *feminismo*, um movimento político, social e filosófico que pregava a igualdade social entre os sexos, com o intento de eliminar qualquer dominação sexista e de transformar a sociedade (Bonnici, 2007, p. 86).

Do mesmo modo, a crítica literária feminista, surgida nos Estados Unidos e na Europa a partir dos anos 1960 e 1970, alavanca o processo de desconstrução dos padrões literários existentes, calcados em ideologias de gênero. Ocorre que as mulheres, até então silenciadas e deixadas à margem, foram impulsionadas a emancipar-se no campo literário e a lançar questionamentos sobre os discursos hegemônicos, promovendo uma quebra nos discursos arraigados pela tradição, desmascarando a naturalização das diferenças hierarquizadas de gênero e, conseqüentemente, problematizando o cânone literário estabelecido. Contudo, como aponta Zolin (2007), essas conquistas obtidas por meio do movimento feminista não garantem a igualdade almejada pelas mulheres entre os sexos, mas, promovem um novo modo de se fazer literatura, a partir de uma perspectiva feminina.

Como no Brasil o feminismo passou a figurar só mais recentemente, embora de forma já consolidada, conforme afirma Zolin (2009), cabe a proposta de se pensar e questionar o modo como as representações de gênero se dão além das margens da narrativa e no interior da trama literária, considerando-se o espaço concedido à mulher na cultura e na literatura. Cabe igualmente observar o modo como as produções literárias, as vozes na narrativa e os papéis representados são reconfigurados, concedendo à mulher uma participação ativa dentro da produção crítica e literária, por meio de identidades femininas deslocadas que se afastam daquelas produzidas a partir do imaginário da ideologia patriarcal, e, por isso mesmo, desestabilizam o “lugar” reservado ao gênero feminino no campo da produção literária de cunho masculino até então elaborado. Por fim, cumpre refletir sobre o lugar conferido à produção literária afrodescendente dentro da formação da literatura de autoria feminina brasileira, e ainda sobre o modo como se edifica a representação da mulher negra, bem como as marcas “acorrentadas” em sua identidade e em seu corpo.

A representação como produto cultural

A representação que os indivíduos e os grupos exibem inevitavelmente por meio de suas práticas e propriedades faz parte integrante de sua realidade social. (Bourdieu, 2007, p.447)

Tendo em vista a noção de *representação* como um dos elementos de grande importância no âmbito dos estudos literários, especialmente nos estudos de gênero, adota-se como objeto de análise o romance *Um defeito de cor* (2011), no qual se desvelam representações de identidades femininas, subvertendo os modelos até então responsáveis por compor o painel das produções inseridas no cânone ao longo da história da literatura brasileira no tocante à produção (por ter sido escrito por uma mulher afrodescendente) e à representação de uma identidade transgressora e deslocada, destoante das identidades comumente construídas com base no imaginário de ideologias racistas e patriarcais.

Representação é um conceito passível de várias acepções - portanto, polissêmico, abstrato e instável. Etimologicamente, a palavra, de origem latina e oriunda do vocábulo *repraesentare*, designa “tornar presente” ou “apresentar de novo”.

Para Chartier (2011), em sua palestra *Pouvoirs et limites de la notion de representation*, posteriormente traduzida e publicada como *Defesa e ilustração da noção de representação*, o conceito de representação reforça a ideia anteriormente apresentada de, por meio de palavras ou imagens, tornar presente algo que está ausente, sendo a palavra entendida como “instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é” (Chartier, 1990, p.10).

Partilhando do mesmo pensamento, Foucault (2002) e Ginzburg (2001) concordam que o termo *representação* remete a “semelhança”, “imagem” e “similitude”,

de modo que outras representações são possíveis por meio de um padrão primígeno, de um modelo e de uma dada realidade.

Para cumprir a tarefa proposta no presente trabalho, adota-se o conceito de representação atrelado ao conceito de identidade. Lança-se, assim, um olhar sobre a questão da representação que se apresenta intimamente ligado às questões relativas a identidade e diferença.

Em decorrência da própria representação, a identidade e a diferença passam a existir e ganham um significado. Identidades são estabelecidas, ganham forças e se consolidam no interior de uma dada sociedade, determinando o lugar de posição e de discurso do indivíduo dentro do meio social no qual está inserido, portanto são subordinadas a relações de poder. Tal característica contribui para a ponderação e compreensão do modo como as identidades e os corpos respondem e se reconfiguram diante dos discursos ideológicos de poder proferidos pela sociedade no romance tomado como base para análise.

Cabe propor, ainda dentro da perspectiva referente a representação, uma observação quanto à questão do discurso. O poder e o discurso se relacionam intrinsecamente e contribuem de modo significativo para os estudos voltados à representação do indivíduo por meio da linguagem. Conforme Foucault (2009), pelo discurso proferido é que o indivíduo terá sua identidade construída e representada. Deve-se ter em mente que, como as práticas discursivas são permeadas por relações de poder, o discurso será automaticamente tomado como um dos meios mais eficazes de dominação e, conseqüentemente, tornar-se-á responsável pelas diretrizes de funcionamento da sociedade. Neste sentido, é a partir do discurso proferido, imbuído de um sistema de valores ideológicos de uma dada sociedade, que o indivíduo vitimado pelas amarras sociais passará a agir, aceitar e, conseqüentemente, desempenhar a representação lançada em sua identidade e em seu corpo. Entende-se, então, que através

dos modelos simbólicos engendrados pelos discursos ideológicos culturais se estabelecem meios de controle e organização do comportamento do indivíduo na sociedade, que se refletem automaticamente em sua representação em um determinado contexto social.

Sociologicamente, a teoria da representação se interessa justamente, como ressalta Bourdieu (2007, p. 447), em compreender o modo como os indivíduos, no interior de seus grupos sociais, interpretam, constroem e representam, por meio de suas práticas e propriedades, suas vivências no mundo em que estão inseridos e, portanto, sua realidade social. Afirma Chartier (1990, p.17) que o principal objetivo da história cultural é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, e é nestes contextos que as representações sociais se inserem.

É por meio da própria representação que são assinaladas e refletidas as relações do indivíduo com o mundo social. Ressalta Zolin (2010) que as representações são consideradas variáveis e determinadas pelos discursos dos grupos sociais que as instituem, nos quais relações de poder e dominação estão constantemente presentes. No mesmo sentido, Chartier (2011) entende que a representação dos *modelos simbólicos* produzidos pelos discursos de poder é lançada nas identidades por meio de práticas e signos, contribuindo para o reconhecimento de uma identidade social, um *status* simbolicamente circunscrito, em grande parte institucionalizado pelos indivíduos dentro de determinado contexto social. Neste sentido, observa-se que por intermédio da representação são promovidas divisões e hierarquizações sociais em que se percebe, legítima e reproduz uma dada realidade.

Assim, pensando-se na representação, neste primeiro momento, como um produto culturalmente estabelecido, e levando-se em consideração o romance *Um defeito de cor* (2011), compreende-se o modo como a organização da sociedade e a distribuição

dos papéis sociais historicamente construídos e legitimados pelos discursos hegemônicos (representados pelos brancos na história e na literatura) são decorrentes da sociedade brasileira do século XIX. A discussão não se esgota aqui, cabe ainda futuramente refletir sobre o modo como as ideologias impregnadas de modelos simbólicos culturalmente fundamentados se refletem na representação da identidade e da corporalidade do indivíduo (com o olhar especificamente voltado à representação de gênero) representado no contexto do século XIX na narrativa de Gonçalves.

A representação do feminino na literatura

As representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é. (Chartier, 2011, p. 23)

Conforme visto, representar significa tornar perceptível e convencer sobre uma dada realidade representada, exibindo-lhe a presença (Ginzburg, 2001), e assim dar visibilidade ao outro (Chartier, 1990); mas representar pode também significar *falar em nome do outro*. Nessa linha de pensamento, Zolin (2010) assevera que o sujeito que tem garantido o direito ao discurso e que será tomado como referencial, enquanto o outro permanece silenciado, é dotado de um poder que lhe é garantido pelo lugar que ocupa no interior da sociedade, estabelecido através do julgamento de sua classe social, sua raça, seu gênero...

Transportando-se este pensamento para o campo literário e pensando-se a condição do gênero feminino, cumpre salientar que, historicamente, antes do surgimento das primeiras manifestações literárias de autoria feminina, o sujeito detentor do direito ao discurso - e, assim, do poder - era do sexo masculino, branco, de classe

média alta, e as representações até então erigidas se davam unicamente por esta perspectiva social, atestando o silenciamento e invisibilidade até então reservadas ao sexo feminino.

A crítica literária feminista irrompe neste contexto justamente com o intento inicial de desestabilizar o conceito de representação (ideológica e tradicional) da mulher dentro da literatura até então produzida. A crítica literária feminista passa a agir no sentido de possibilitar a representação de perspectivas sociais que o cânone literário masculino não fora capaz de evidenciar, descortinando a história tradicional e sexista da representação das mulheres no terreno literário de autoria masculina e assim permitindo a inclusão de vozes antes marginalizadas, tanto na produção dos textos, quanto na representação literária, o que contribuiu para que essas vozes fossem imersas no campo literário - portanto, que fossem legitimadas.

Por esse princípio, na ficção de autoria feminina o discurso passa a ser proferido a partir de uma perspectiva feminina que ganha voz dentro de uma narrativa, representando identidades que se deslocam dos paradigmas tradicionais propostos para a mulher, a exemplo do que ocorre no romance da escritora brasileira Ana Maria Gonçalves, adotado como objeto desta análise.

O lugar tradicionalmente reservado à mulher, legitimado pelo discurso hegemônico, é o do silenciamento (Spivak, 2010); mas com a produção literária de autoria feminina, as personagens narradoras ganharam o direito à voz no discurso e passaram a representar uma experiência feminina que se distancia da perspectiva hegemônica masculina. As práticas discursivas criadas a partir da expectativa do sexo feminino levam consigo novas formas de avaliar os papéis desempenhados pela mulher naturalizados pelas culturas patriarcais ao longo da história. Assim, a partir da produção literária por um viés feminino, a noção de representação ganha um novo sentido, distanciando-se de sua concepção antes hegemônica, traduzindo

representatividade à diversidade de percepções sociais e, em especial, de identidades femininas antipatriarcalistas (Zolin, 2010).

Embora os primeiros textos produzidos por mulheres no Brasil se mostrem retraídos no sentido de representar e discutir as relações de gênero, reiterando os padrões dominantes, como garante Xavier (1999), com o passar do tempo as produções femininas foram ganhando espaço e voz na literatura e passaram a difundir a forma feminina de pertencer a uma categoria de gênero historicamente subjugada e oprimida. Do mesmo modo que sinalizam atitudes subversivas em relação a esse estado de coisas, as obras de Clarice Lispector funcionaram como um divisor de águas na história da literatura de autoria feminina brasileira, separando as práticas literárias marcadas pela reduplicação das ideologias tradicionais de gênero das práticas subversivas e/ou contestatórias.

A produção literária de autoria feminina passa a apontar, assim como assinalado por Zolin (2009, p.106), quando se refere ao romance *A audácia dessa mulher*, de Ana Maria Machado (1999), para a “re-escritura de trajetórias, imagens e desejos femininos” de mulheres que respondem subversivamente às ideologias conservadoras arraigadas na representação de sua imagem, produzidas tradicionalmente pela literatura canônica. Neste sentido, a literatura de autoria feminina, por suas diversas formas de representação da realidade, tem concebido novas formas de revelar a mulher, que permaneceu por tanto tempo silenciada na literatura e na realidade extraliterária. Destarte, a partir dessa produção literária têm sido concebidos novos padrões que encaminham no sentido de superar a distinção e separação das categorias binárias de gênero. Esses novos padrões também contribuem para a recusa da predominância de uma identidade masculina e legítima, além de trazerem à tona discussões sobre representação, identidade e diferença.

Como *Um defeito de cor* (2011) é um romance de autoria feminina e concebido por uma escritora afrodescendente, torna-se oportuno observar o espaço concedido à mulher negra na produção de literatura e na representação literária, bem como uma reflexão sobre o espaço e o número de presenças de personagens negras na literatura tradicionalmente produzida. O romance de Gonçalves (2011) contribui justamente para a observação e análise do modo como a presença negra é representada na narrativa, até então ausente em posições de destaque na literatura canônica.

A crítica literária contemporânea tem justamente se mobilizado no sentido de mapear o campo literário brasileiro e apresentar, a partir de pesquisas realizadas e que serão abordadas no tópico seguinte, a frequência em que o negro é representado na literatura no que concerne à autoria e representação; reconhecer o espaço de voz concedido ao indivíduo negro; abordar o modo como se dá a representação do negro no interior das margens do texto literário. A partir deste ponto reflete-se sobre a perspectiva da mulher negra na literatura, que é o cerne do objeto eleito para estudo. Neste sentido, ficam alguns questionamentos: como se dá a representação da mulher negra no texto literário a partir de uma perspectiva afrodescendente feminina? A protagonista do romance é representada de modo a se enquadrar nas representações costumeiramente lançadas à mulher negra? O que busca representar a mulher negra no cenário da literatura?

A presença da identidade negra na literatura: autoria e representação

(...) pessoas posicionadas diferentemente [na sociedade] possuem experiência, história e conhecimento social diferentes, derivados desta posição. (Young, 2000, p.136)

Embora esteja provado que a literatura de autoria feminina tem conquistado espaço no universo literário brasileiro e tenha se tornado vasta a seara de escrituras disponibilizadas por “penas” femininas, faz-se relevante observar o espaço reservado à mulher negra nesse cenário: de um lado, a representação de escritoras negras no mercado editorial, e de outro, a representação de personagens negras, especialmente do sexo feminino, no universo literário tradicional.

Observa-se que a população negra, em decorrência dos discursos ideológicos de poder de que se encontra impregnada a sociedade (em sua maioria de caráter racista), é afastada dos espaços de poder e de produção de discursos, característica que se reflete até mesmo na literatura. Dalcastagnè (2008) dá destaque à questão da representação do negro na literatura brasileira, problematizando a quantidade de autores e personagens negros nos romances publicados entre os anos de 1990 e 2004 por três grandes editoras brasileiras (Companhia das Letras, Record e Rocco). Em um primeiro momento na pesquisa nota-se que de um total de 165 escritores avaliados, 72,7% são representados por homens. No que toca a questão de raça os valores obtidos são ainda mais alarmantes. Do total de escritores e escritoras levantados na pesquisa, 93,9% são brancos, sendo que 3,6% não tiveram sua cor identificada pela abordagem da pesquisa e, os “não-brancos” não passaram dos 2,4% comprovando o espaço reservado a autoria negra na produção de literatura no país.

Das personagens analisadas, 80% são brancas, e em casos mais delimitados, em que as personagens negras se apresentam como protagonistas ou como narradoras, a porcentagem é ainda mais alarmante. Quando os negros são representados na literatura, comumente aparecem em posição secundária no texto, não ocupando o papel de protagonista, muito menos o de narrador; ou ocupam uma situação subalterna na narrativa, sujeitando suas representações a posições estereotipadas na sociedade.

Assim, como a condição do negro é praticamente deixada à margem na literatura, um romance como *Um defeito de cor* (2011) deve ser considerado como singular, pois, além de ter sido escrito por uma mulher afrodescendente, traz para o centro da narrativa a representação da trajetória de uma personagem feminina negra que desempenha os papéis de narradora e protagonista, adotando uma estratégia diferenciada de inclusão da identidade negra na literatura, proposição que destoa da grande maioria das produções literárias de autoria feminina.

No espaço literário notam-se diversos silenciamentos e invisibilidades de múltiplas perspectivas sociais, conforme constata Dalcastagne (2008). Segundo Young (2000, p.136), a “perspectiva social” revela a condição de que, posicionadas diferentemente dentro de uma sociedade, por exemplo, as pessoas portarão experiências histórias e conhecimentos sociais diversos, oriundos desta posição. Ocorre que, a partir deste ponto, pessoas de categorias socioculturais diferentes - como homens e mulheres, patrões e trabalhadores, brancos e negros, etc. - possuirão concepções distintas de mundo e se expressarão de maneiras diferentes; por isso é importante salientar a participação de perspectivas comumente deixadas à margem do discurso tradicionalmente produzido e suscitar o reconhecimento e visibilidade de textos, por exemplo, de escritoras negras, assim como integrar na narrativa personagens femininas negras detentoras de voz, para que outras expectativas sociais sejam desveladas e assim se conheça o outro lado da margem.

O racismo, responsável por uma discriminação que permeia densamente a estrutura da sociedade e cuja influência envolve também a literatura, é relatado por Shohat e Stam (2006, p.51) como a “tentativa de estigmatizar a diferença com o propósito de justificar vantagens injustas ou abusos de poder, sejam eles de natureza econômica, política, cultural ou psicológica”. Desse modo é uma opressão que se manifesta tanto material quanto simbolicamente e pode ser percebida na própria

literatura, a qual escolhe os discursos que considera dignos de compor seu contexto e os toma como seu objeto (Dalcastagnè, 2008). Nessa escolha, como mostra a referida pesquisa, têm sido ignorados, silenciados e deixados à margem os indivíduos subalternos e socialmente marginalizados.

Prega Young (2000), ser negro em uma sociedade racista não significa somente portar outra cor, mas principalmente portar outra perspectiva social, outra experiência de vida, em grande parte marcada por algum aviltamento. Não suficientes o silenciamento e a invisibilidade a que o negro é submetido na sociedade e na literatura, também são inscritos na representação deste indivíduo estereótipos engendrados em sua imagem (decorrentes de uma problemática social racista que também se legitima no campo literário quando o negro é representado) responsáveis também por hierarquizar seu posicionamento nas divisões sociais. Na criação da imagem do negro, foi-lhe atribuída uma carga simbólica negativa. Quando se trata da mulher negra a situação é ainda pior. À mulher negra foi reservado um espaço de subalternidade, responsável por minar qualquer possibilidade de exercer sua subjetividade.

A voz do negro foi muito pouco representada na literatura brasileira de autoria feminina, seja por meio das vozes de suas escritoras seja através das próprias personagens inscritas nos romances. Desta maneira, no que toca à representação da mulher negra na produção literária brasileira de autoria feminina ao longo da história, percebe-se que o discurso proferido por escritoras negras foi praticamente inexistente, ou quando existente, não foi devidamente reconhecido.

Sobre a questão da produção dos afrodescendentes, Duarte afirma:

Desde o período colonial, o trabalho dos afro-descendentes se faz praticamente em todos os campos de atividade artística, mas nem sempre obtendo o reconhecimento devido. No caso da literatura, essa

produção sofre, ao longo do tempo, impedimentos vários à sua divulgação, a começar pela própria materialização do livro [...]. Em outros casos, existe o apagamento deliberado dos vínculos autorais e, mesmo, textuais com a etnicidade africana, ou com os modos e condições de existência dos afrodescendentes, em função da miscigenação branqueadora que perpassa a trajetória desta população. (Duarte, 2005, p. 113-114).

Um defeito de cor (2011) subverte também o paradigma proposto pela grande maioria dos textos de autoria feminina no Brasil, especialmente no que tange à representação da mulher negra. Ana Maria Gonçalves traz para o centro da trama o sujeito antes deixado à margem da sociedade e do discurso, problematizando o modo como as ideologias, preconceitos e estereótipos lançados no negro se engendram na representação da identidade e do corpo, instigando à observação de um romance que foge às regras, propõe um percurso diferente e possibilita ao leitor uma releitura sobre a história do país a partir da perspectiva feminina afrodescendente.

Kehinde, protagonista da história, torna-se sujeito na narrativa e desempenha o importante papel de narrar a situação sócio-histórica do Brasil do século XIX através dos relatos de sua própria história de vida e de um olhar extremamente subjetivo sobre o contexto do país naquela época. Gonçalves subverte em seu romance a representação tradicionalmente reservada ao negro na literatura, de “pobre escravo de senzala”, e propõe uma representação diferenciada de um sujeito subalterno que luta por seus ideais e luta pela conquista de seus direitos e de sua liberdade, inclusive enquanto mulher (Dalcastagnè, 2008).

Diferentemente das representações inculcadas na imagem da mulher negra, pintada geralmente a partir da representação de um corpo sensualizado e convidativo

ao pecado, Kehinde se mostra uma mulher bonita, forte e, acima de tudo, sábia, buscando sempre seus objetivos de forma segura e determinada, tomando suas próprias decisões e escolhendo o melhor caminho a ser percorrido na expectativa de assumir uma posição mais humanizada na sociedade. A personagem intenta fazer com que o gênero feminino, o qual lhe determina uma das identidades ou uma das facetas de sua identidade, não se constitua como um empecilho à conquista de seus ideais.

Um defeito de cor (2011) põe em xeque a representação da mulher negra na narrativa por meio de uma dissonância com o estereótipo frequentemente lançado nas representações sociais que faz da mulher negra, pobre, representante de mulheres envolvidas com a criminalidade, prostitutas, empregadas subservientes - enfim, mulheres que são silenciadas e outremizadas na sociedade.

A estratégia utilizada por Gonçalves de conceder o espaço central da narrativa a uma mulher negra e escravizada possibilita o acesso a diferentes perspectivas sociais (não somente da mulher branca, mas também da mulher negra escravizada em um contexto social escravista e patriarcal), além de contribuir para o entendimento do que é ser negro em um país impregnado por discursos de diversidade racial, como é o Brasil. Por essa perspectiva, como pondera Dalcastagnè (2008) a respeito das personagens femininas negras no texto literário, Kehinde desvela a realidade de seu povo. No dizer da pesquisadora (Dalcastagnè, 2008, p. 102), a mulher, negra e escrava, se depara com outras trajetórias, trilha “outros chãos”, desloca-se no romance de acordo com “outros ritmos”, experienciados de modo distinto de personagens de cor branca.

Esse percurso justifica a representação não esperada na literatura tradicional para uma mulher negra marginalizada que consegue ultrapassar significativamente objeções impostas pela sociedade escravocrata e patriarcalista do século XIX, detentora do poder de ordenação e exclusão cultural e social e encarregada pela divisão e hierarquização do espaço destinado a cada indivíduo em seu meio.

A obra apresenta, assim, o percurso de uma mulher negra que caminha na contramão das imposições e expectativas sociais a ela impostas. Rompe com os parâmetros de sua época e torna-se um exemplo de mulher lutadora, mesmo que, para se libertar dos problemas advindos de sua condição social, e conseguir um espaço na sociedade, tenha adotado atitudes e aceitado imposições culturalmente determinadas pelo homem branco, conforme se verá no próximo capítulo.

Kehinde subverte os padrões e supera as expectativas do branco em relação ao negro. Neste sentido, o modo como a trama literária se desenvolve e a representação da personagem é estabelecida nos induz a propor que *Um defeito de cor* (2011) quebra a expectativa do leitor que, ao buscar a representação de uma personagem escravizada nos moldes comumente encontrados na literatura, depara-se com uma personagem nova, diferenciada, que contraria os modelos estereotipados produzidos por um discurso masculino eurocêntrico.

O acesso da mulher negra ao universo da produção literária tem aberto caminhos para a problematização da histórica opressão de gênero e de raça lançada na representação de sua imagem ao longo dos anos. Certamente, a inserção da mulher de descendência negra na literatura não foi - e não tem sido - um trabalho simples, mas é por meio da literatura que a essa mulher é possibilitado projetar sua voz para a “libertação” de seu corpo e dos estigmas sociais lançados em sua imagem, além da busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

A representação da mulher negra na história e na literatura

Por um lado, qualquer que seja a sua posição no espaço social, as mulheres têm em comum o fato de estarem separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo que, tal como a cor da pele para os

negros, ou qualquer outro sinal de pertencer a um grupo social estigmatizado afeta negativamente tudo que elas são e fazem e está na própria base de um conjunto sistemático de diferenças homólogas. (Bourdieu, 2002, p.107)

Pregam os discursos críticos que durante um vasto período a mulher foi vista como um objeto a ser conduzido de acordo com os desejos e necessidades do sexo masculino. Colocada sob as rédeas de um sistema ideológico patriarcalista de organização social, a mulher foi oprimida em uma condição de subjugação e subalternidade nas relações de gênero.

Tal tessitura sustenta a teoria de Bourdieu (2002) sobre a “dominação masculina”, exemplo por excelência da submissão paradoxal, decorrente de uma violência simbólica. A dominação masculina, entendida como uma formação social de visão androcêntrica embasada nos interesses da ideologia dominante, se mantém a partir de estratégias, se torna naturalizada ao longo da história e se impõe no corpo feminino. Por ser entendida como uma forma particular de violência simbólica, passa a ser vista e entendida como aceitável ou até mesmo como naturalizada, justificando as palavras do filósofo ao dizer que se trata de uma “violência suave, insensível, invisível à suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última instância, do sentimento” (Bourdieu, 2002, p. 5-6). Sendo assim, por se dar de modo sutil, acaba sendo incorporada pelos dominados sem que a questionem ou a percebam.

Transportando este pensamento para o campo literário nota-se que a representação da mulher na literatura sempre foi construída de modo a edificar uma imagem submissa em relação a essa dominação masculina, ou ainda, a essa violência

simbólica praticada contra o sexo feminino pela dominação masculina patriarcal, responsável por controlar e determinar as atitudes femininas. Sobre a representação vinculada à história das mulheres, entende Tedeschi (2008, p.40) que, “ao abordar a história das mulheres pelas representações, busca-se trazer para o cenário os discursos de construção das identidades e da interpretação masculina do mundo. Cabe então a nós, homens e mulheres, contribuir para desnaturalizar essa história”.

É nítido nas narrativas da literatura tradicional que o sexo masculino, privilegiado em relação ao sexo feminino, propõe um discurso segregacionista em relação à mulher, de modo especial à mulher negra. Em seu livro *História das mulheres e as representações do feminino*, Tedeschi afirma que

(...) esses discursos recorrentes exerceram influência decisiva na elaboração de códigos, leis e normas de conduta, justificando a situação de inferioridade em que o sexo feminino foi colocado [...] Assim, a desigualdade de gênero passa a ter um caráter universal, construído e reconstruído numa teia de significados produzidos por vários discursos, como a filosofia, a religião, e educação, o direito, etc. perpetuando-se através da história, e legitimando-se sob seu tempo (Tedeschi, 2008, p. 123).

Em diferentes momentos da história, diferentes formas de representação da figura feminina eram permeadas de discursos que inferiorizavam a mulher. Eram proferidos discursos historicamente construídos, legitimados e considerados como “naturalizados”. Neste sentido, devemos refletir sobre as palavras de Bourdieu (2002, p.107), quando declara que, independentemente da posição que ocupem no espaço social, “[...] as mulheres têm em comum o fato de estarem *separadas dos homens por um coeficiente*

simbólico negativo que, tal como a cor da pele para os negros, ou qualquer outro sinal de pertencer a um grupo social estigmatizado, afeta negativamente tudo que elas são e fazem [...]”. Sendo assim, se à mulher branca cabia o silenciamento e o subjugamento na sociedade, o espaço reservado à mulher negra era muito inferior.

À mulher negra não foram asseguradas a mesmas oportunidades de trabalho e o mesmo espaço na sociedade concedidos à mulher branca. No cenário do século XIX, enquanto a mulher branca enfrentava as consequências do patriarcalismo, a mulher negra, muitas vezes já forra, permanecia escravizada pelo racismo sustentado pela sociedade; ela lutava contra a discriminação advinda não apenas do fato de ser mulher, mas também contra as vicissitudes impostas pelo modo como a cor de sua pele era interpretada, e assim passava por um processo de opressão mais agressivo que o enfrentado pela mulher branca.

Nessa linha de pensamento, pode-se refletir sobre as marcas que assinalaram a trajetória percorrida pela protagonista do romance tomado como objeto da nossa análise e sobre as de uma leva significativa de outras mulheres inseridas no mesmo patamar social de Kehinde, não apenas no universo literário, mas também na história da construção do Brasil. Como visto, Gonçalves representa a imagem de uma mulher negra dentro de uma sociedade escravista, preconceituosa, branca e patriarcal. Os discursos proferidos em relação à mulher no contexto brasileiro do século XIX eram de caráter discriminatório e de estereotipia, carregados de ideologias e de modelos simbólicos naturalizados.

Segundo Duarte (2006), o romance *Ponciá Vicêncio* (2003), de Conceição Evaristo, de grande representatividade dentro da literatura de autoria feminina brasileira, pertence ao mesmo “veio” afrodescendente de *Um defeito de cor* (2011), de modo que ambos os textos se destacam

(...) pelo *território feminino* de onde emana um olhar outro e uma discursividade específica. É desse lugar marcado, sim, pela etnicidade que provém à voz e as vozes-ecos das correntes arrastadas. Vê-se que no romance fala um *sujeito étnico*, com as marcas da exclusão inscritas na pele [...] Mas, também, fala um *sujeito gendrado*, tocado pela condição de ser mulher e negra num país que faz dela vítima de olhares e ofensas nascidas do preconceito (p.308).

Pelo processo de dominação do homem branco, com seu discurso ideológico de poder, preconceito e estereótipos são concebidos em relação à mulher negra e traduzidos na literatura em geral, de modo a salientar o entrecruzamento de influências sofridas pelas mulheres, conforme o lugar que ocupam na sociedade. Neste sentido, ser mulher pode ser bem diferente de ser mulher negra. Embora ambas sejam discriminadas no eixo do gênero, mulheres brancas e negras ocupam espaços sociais diferentes: de um lado estão as mulheres brancas, desempenhando o papel de esposas e mães; do outro, as negras, desempenhando funções subalternas, não raro atreladas à objetificação sexual - no caso das escravas, a serviço dos desejos carnais de seus donos.

Tal atributo comprova o clichê lançado na representação da mulher negra como dotada de um corpo extremamente sensualizado, dona de uma sexualidade tentadora, fogosa - portanto, responsável por estimular e justificar a lascividade dos homens com os quais ela convive. Assim, cenas como o estupro de uma garota de treze anos por seu dono, ou a cena da escrava que teve seus olhos arrancados por sua senhora e colocados em um pote de conservas, como reprimenda à relação mantida com seu dono, não eram tidas como atos criminosos. Além de ser propriedade particular, o corpo da mulher negra por si só justificava os abusos sexuais e as violências recebidas, fundamentadas na

concepção de que era pelo corpo de pele escura que tentações eram despertadas nos homens “de bom comportamento” na sociedade.

As referências apresentadas sustentam a sensação de castração, invisibilidade, silenciamento e imposição cultural experimentada na sociedade pela mulher negra, à qual desde cedo era imposta a linguagem de repressão, dominação e violência. Sendo assim, cumpre considerar que não se trata apenas da objetificação de gênero. A mulher negra sofre historicamente pela opressão do homem branco, detentor da voz e do poder dentro da sociedade; da mulher branca, que, mesmo vítima do sexismo, ocupava uma posição culturalmente superior em relação à mulher negra; e ainda do homem negro, que, embora compartilhasse com ela o mesmo “espaço” de exclusão imposto pela escravidão, no interior do espaço marginal sobrepunha a sua virilidade à clássica condição feminina.

O romance de Gonçalves, neste sentido, expõe representações e vozes que até então eram deixadas à margem, desvelando a identidade da mulher negra e colaborando para a reescrita da história das mulheres no Brasil. A mulher nativa africana foi tão violada quanto sua terra e obrigada a enfrentar essa “violência” que lhe circunscreve limites sociais e a acorrenta a estereótipos.

Gonçalves compõe uma narrativa de modo a construir uma representação feminina que busca transpor os estereótipos negativos e privações lançados no negro, trazendo a representação de mulheres negras que se diferenciam fortemente dos estereótipos esperados para uma negra escravizada no contexto do século XIX no Brasil. Assim, o romance desvela um conflito entre *sujeito, outro*, sociedade e cultura, no intento de remodelar a visão sobre o passado do Brasil, bem como a representação da mulher negra no que tange à sua identidade e corporalidade. Por esta perspectiva torna-se possível observar a inserção experienciada pela mulher negra na história, na busca

constante pela reinvenção de sua própria identidade e domínio de seu corpo, além da expansão que opera no universo literário, alargando-lhe os horizontes.

Ficam ainda algumas propostas para questionamentos com base na representação da identidade feminina representada no romance: 1) como a diáspora negra se conecta intimamente com os discursos formadores das identidades e da diferença?; 2) como a cultura branca impõe ao indivíduo negro modelos simbólicos e estereótipos que são lançados em sua representação fazendo com que suas identidades e seus corpos sejam reconstruídos mediante as esta condição?; 3) como se forma,então, a identidade do indivíduo diaspórico outremizado pela cultura branca dominante?; 4) como se dá seu relacionamento social e cultural em relação a este novo espaço?; 5) como ideologias e modelos simbólicos são engendrados como uma violência velada em sua identidade e corporalidade?

Neste sentido, a representação da personagem de *Um defeito de cor* (2011) torna-se objeto de grande relevância para uma investigação futura sobre as respostas dadas pelo corpo feminino frente às ideologias e aos discursos construídos e legitimados historicamente e que são calcados no corpo e na representação da mulher negra, representante de minorias, na literatura.

Referências Bibliográficas

Bonnici, Thomas. *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências.* Maringá: Eduem, 2007.

Bourdieu, Pierre. *A dominação masculina.* Tradução de Maria Helena Kühner. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. Trad. Em português: *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2007.

Chartier, Roger. *A história cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

_____. *Defesa e ilustração da noção de representação*. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

Dalcastagnè, Regina. *Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea*. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, p. 87-110.

Duarte, Eduardo de Assis. *Literatura, política, identidades*. Belo Horizonte: FALEUFMG, 2005.

Evaristo, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza, 2003.

Foucault, M. *Isto não é um cachimbo*. Trad. Jorge Coli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

Ginzburg, Carlo. *Olhos de Madeira*. Nove Reflexões sobre a Distância. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

Gonçalves, Ana Maria. *Um defeito de cor*. – 7 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2011.

Machado, Ana Maria. *A audácia dessa mulher*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Reis, Roberto. *Canôn*. In: Jobim, José Luis (Org.). *Palavras de crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 65-92.

Shohat, Ella; Stam, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. Trad. de Marcos Soares. São Paulo: Cosacnaify, 2006.

Spivak, Chakravorty Gayatry. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Tedeschi, Losandro Antonio. *História das Mulheres e as Representações do Feminino*. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2008.

Xavier, Elódia. *Narrativa de autoria feminina na literatura brasileira: as marcas da trajetória*. Revista Mulheres e Literatura, Rio de Janeiro, ano 3, vol.1, 1999. Disponível em: <<http://www.litcult.net/revistamulheres_vol3.php?id=225>> Acesso em: jul. 2013.

Young, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Zolin, Lúcia Osana. *O matador, de Patrícia Melo: gênero e representação*. Revista Letras, Curitiba, n.71, p. 53-63, jan./abr.2007. Editora UFPR.

_____. *A literatura de autoria feminina brasileira no contexto da pós-modernidade*. IPOTESI, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 105-116, jul./dez. 2009.

_____. *Crítica feminista*. In: Bonnici, T.; Zolin, L. O. (ORG.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009.

_____. *Questões de Gênero e de Representação na contemporaneidade*. Letras, Santa Maria, v. 20, n. 41, p. 183-195, jul./dez. 2010